



Drama e suspense



Domingues de Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

1. É um lugar-comum dizer que o tempo voa. E voa mesmo. Cumpre-se no próximo sábado dois anos que José Sócrates se dirigiu ao país para anunciar que Portugal iria solicitar um pedido de assistência financeira à Comissão Europeia. Pouco depois, a troika entrou nas nossas vidas. O PSD ganhou as eleições e formou um governo de conveniência com o CDS. Custe o que custasse, era preciso fazer “o mal e caramunha” no

mais curto espaço de tempo para que a austeridade fosse como uma frente fria que deixa um rasto de destruição, mas que se afasta depressa. Dois anos depois, a devastação é muita e as certezas são quase nenhuma. Todos os dias antecipam-se cenários mais ou menos dramáticos, mais ou menos catastróficos. A instabilidade generalizada é o caldo perfeito para o cenário pré caótico. A moção de censura do maior partido da oposição está condenada ao fracasso e as metas orçamentais do ministro das Finanças têm falhado, invariavelmente. A efervescência política está como nunca se viu e para baralhar ainda mais emerge uma classe de “treinadores de bancada” cada vez mais nutrida. A um ciclo político que parece esgotar-se, emerge a possibilidade, cada vez mais consistente, de um segundo resgate. Foi para isto que exigiram ao longo de dois anos sacrifícios quase sobre-humanos a todos os portugueses?

A juntar-se a este filme dramático, surge agora o suspense. A impaciente espera do país sobre o veredito do Tribunal Constitucional assemelha-se a um filme de Hitchcock. A confirmarem-se as inconstitucionalidades que alguns jornais deram à estampa, este Orçamento do Estado não terá pernas para andar. Sem uma alternativa declarada a um cenário desta natureza, o plano B é uma incógnita. O governo manter-se-á em funções? Demite-se? A ver vamos...

2. Segundo dados estatísticos do portal E-Fatura, a esmagadora maioria dos portugueses não pede fatura com número de contribuinte. É o mesmo que dizer que 7 em cada 100 faturas não têm NIF. Nem os benefícios que a Administração Tributária (AT) concede estão a mobilizar os portugueses a abandonarem uma certa cultura de facilitismo enraizada em hábitos e comportamentos de décadas. Estes números devem ser analisados com urgência e ponderação pelas Finanças, visto que em muitos casos podemos estar na presença de atos de sonegação de informação. Acontece que a nova lei não está isenta de responsabilidades, uma vez que admite a confundibilidade entre a qualidade do cidadão e a qualidade do sujeito passivo. Cabe à AT avaliar com rigor a estrutura e a qualificação da variação na emissão de faturas.

O cruzamento de dados fruto da iniciativa E-Fatura permitiu “caçar” 30 mil empresas em infração. Estas são as primeiras irregularidades de grande monta a serem detetadas desde janeiro. Mas como em alturas de aperto a crise aguça o engenho, a tendência para escapar às malhas do fisco será crescente. Querer fazer pedagogia no atual contexto é uma missão quase impossível. ■